



**ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**



Plano Específico de Atuação do Centro de Apoio Operacional de Proteção à Ecologia, Meio Ambiente, Urbanismo, Paisagismo e Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural - Proposta para 2010

O Plano Específico de Atuação dos órgãos de execução do Ministério Público deve ser elaborado pelos Centros de Apoio, segundo as diretrizes do Plano Geral de Atuação do Ministério Público, estabelecendo metas e indicadores de aferição, art.º 7º do Provimento Nº 70, de 30 de setembro de 2008.

Considerando as disposições do parágrafo único do 7º do mencionado provimento, o processo de elaboração do Plano Específico de Atuação para 2010, bem como o Plano Geral de Atuação do MPCE, deve ser elaborado pelos Coordenadores dos CAOs observando-se os seguintes procedimentos: prévia elaboração de propostas de ações pelos Centros de Apoio; consultas realizadas junto à sociedade civil através de audiências públicas, consulta aos colegas sobre as propostas apresentadas e, a partir do resultado da consulta na *internet*, realizada junto aos membros do Ministério Público.

1. Prioridade de Atuação:

- Dar continuidade ao trabalho em torno da questão do saneamento básico segundo as diretrizes da Lei Federal Nº 11.445/2007 (abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais) nos diversos Municípios;
- Dar continuidade ao trabalho em torno da questão dos planos diretores dos Municípios e trabalhar a questão da ocupação urbana desordenada, a



proteção do patrimônio histórico nas cidades e a instalação de usinas eólicas em prejuízo à paisagem natural e outros danos ambientais;

- Acompanhar e fiscalizar a integração e o monitoramento das políticas públicas de Estado relacionadas ao Plano Estratégico dos Recursos Hídricos do Ceará e trabalhar a questão do desmatamento e das queimadas e a recuperação das áreas de preservação permanente dos cursos d'água;
- Trabalhar as questões ambientais da Zona Costeira e elaborar programa de educação ambiental a ser desenvolvido em todas as cidades do Estado ;

2. Justificativa:

Dentre as inúmeras demandas encaminhadas ao Ministério Público na tutela do meio ambiente, a destinação e o adequado tratamento aos resíduos, o tratamento dos esgotos e a degradação dos rios têm se destacado, haja vista a crescente poluição produzida com os despejos de lixo e esgotos em todos os lugares, notadamente nos recursos hídricos. Aliás, oportuno registrar, "o lixo nos rios" foi a reclamação recorrente nas audiências públicas realizadas em Maracanaú, Sobral e Juazeiro do Norte, como antecipado no início.

Assim, evidenciada a demanda de atuação com vistas à recuperação das áreas de preservação permanente dos rios e lagoas do Estado por conta do elevado grau de desmatamento da mata ciliar, assoreamento dos rios e ocupação irregular de suas margens.

Aliada dessa ação e colaborando com sua concretização tem-se o combate ao desmatamento e às queimadas. Aliás, o procedimento de queimadas é hábito arraigado de nossos agricultores, realizado como forma de preparar o campo para o plantio, mas que causam severa degradação ao meio ambiente, empobrecendo o solo, acelerando o processo de desertificação, entre outros danos.

Outra questão igualmente relevante se refere à ordenação do espaço urbano cujo controle deve ocorrer a partir das regras do plano diretor de cada



**ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**



cidade. Essa preocupação já integrou o Plano de Atuação Específica de 2009 e deve continuar em 2010, com o acréscimo da preservação ao patrimônio histórico, além de dar continuidade ao exame dos matadouros, muito deles em funcionamento em área urbana inadequada ou sem a devida licença urbanística.

Também é fundamental a questão da matriz energética, tendo em vista estar em curso um processo acelerado de ampliação e diversificação das fontes produtoras de energia no Estado, com potencial de degradação ao meio ambiente se não realizado de forma adequada.

Foi observada, ainda, a necessidade de acompanhar e fiscalizar a integração e o monitoramento das políticas públicas de Estado relacionadas ao Plano Estratégico dos Recursos Hídricos do Ceará e de trabalhar a questão do desmatamento e das queimadas. Sobre o acompanhamento das políticas públicas de Estado em torno dos recursos hídricos do Estado do Ceará, cabe destacar que no período compreendido entre setembro de 2007 e agosto de 2009 foi realizado o estudo sobre os recursos hídricos do Estado para a elaboração do respectivo Plano Estratégico, pelo Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Nas conclusões de mencionado estudo foi comprovada a necessidade de um "arranjo institucional" que possibilitasse a articulação e integração permanente dos diferentes níveis político-administrativos em torno da gestão dos recursos hídricos do Estado, pois inexistente essa instância. A ação proposta objetiva exatamente dedicar uma atuação do Ministério Público voltada à cobrança das ações pactuadas e/ou da realização das devidas ações de responsabilidade de cada um dos Órgãos do Estado, nos diferentes níveis, seja estadual ou municipal, na concretização do Plano Estratégico dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará.

Importante observar que a Copa Mundial de Futebol de 2014, a ser realizada no Brasil e tendo Fortaleza como uma das sedes dos jogos, trará uma série de obras e mudanças não só para capital como também para cidades litorâneas da Zona



Costeira, atrativas do turismo. Faz-se necessário um acompanhamento das obras e empreendimentos a serem implementados na Zona Costeira cearense.

Por fim, a questão da educação ambiental, promovendo campanhas de conscientização da população sobre sua responsabilidade constitucional de proteger e defender o meio ambiente.

2. Ações:

- Manter acompanhamento e monitoramento permanente dos licenciamentos ambientais dos aterros sanitários e matadouros públicos em todos os Municípios a partir de janeiro de 2010.
- Fazer o acompanhamento das ações ambientais sobre aterros sanitários e matadouros no Judiciário Estadual;
- Fazer o acompanhamento das ações criminais em torno dos aterros sanitários e matadouros no Judiciário Estadual;
- Fazer acompanhamento da ampliação da estrutura de saneamento (água e esgoto) dos Municípios do Ceará;
- Fazer o levantamento das ações municipais relacionadas à drenagem das águas pluviais;
- Dar continuidade à atualização da minuta de ACP e TAC em torno da regularização dos aterros sanitários e dos matadouros;
- Dar continuidade ao acompanhamento dos financiamentos municipais para construção de aterro e/ou matadouro junto ao FNMA, FUNASA, CEF e outros;
- Dar continuidade ao levantamento sobre os procedimentos de limpeza das vias públicas nos vários Municípios do Estado;
- Dar continuidade ao levantamento dos planos diretores e leis de uso e ocupação do solo dos Municípios do Estado do Ceará;
- Fazer o levantamento dos sítios históricos e dos imóveis tombados e dos que estão em processo de tombamento nos Municípios e no Estado;



**ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**



- Acompanhar e fiscalizar a integração e o monitoramento das políticas públicas de Estado relacionadas ao Plano Estratégico dos Recursos Hídricos do Ceará;
- Fazer o levantamento das áreas e práticas recorrentes de desmatamento;
- Elaborar minuta de ACP e TAC em torno da obrigação de reflorestar áreas desmatadas em desacordo com as regras legais;
- Fazer o levantamento das áreas e práticas recorrentes de queimadas;
- Elaborar projeto/programa de educação ambiental voltado à conscientização do pequeno agricultor que utiliza práticas de queimadas;
- Elaborar minuta de ACP e TAC em torno da obrigação de não realizar queimadas;
- Elaborar projeto e/ou programa de educação ambiental voltado à conscientização da população sobre sua responsabilidade constitucional de proteger e defender o meio ambiente;
- Fazer levantamento e monitoramento sobre o processo de degradação das matas ciliares de rios e lagoas do Estado, bem como sobre a ocupação irregular de suas margens;
- Fazer levantamento e monitoramento dos licenciamentos ambientais dos empreendimentos energéticos que estão em processo de implantação ou já estão implementados, assim como das ações ambientais referentes ao assunto;
- Fazer levantamento e monitoramento dos licenciamentos ambientais das obras e dos empreendimentos que estão em processo de implantação ou já estão implementados com vistas à Copa do Mundo de Futebol de 2014;
- Implantar as Coordenadorias Regionais de Promotoria de Justiça por Bacia Hidrográfica, no Centro de Apoio Operacional de Proteção à Ecologia, Meio Ambiente, Urbanismo, Paisagismo, Histórico, Artístico e Cultural, no âmbito do Ministério Público, que descentralizará as atividades do Centro.



- Realizar estratégia conjunta com o CAO Criminal e da Cidadania sobre a inserção do preso em regime semi-aberto em programas de coleta seletiva de resíduos;

3. Metas/Indicadores:

- A atualização da planilha de dados sobre os licenciamentos ambientais dos aterros sanitários e matadouros públicos em todos os Municípios do Estado durante o ano de 2010;
- A atualização da planilha de dados sobre os aterros sanitários e matadouros públicos em operação em todos os Municípios do Estado durante o ano de 2010;
- A conclusão do levantamento e a realização de planilha de dados sobre os procedimentos de limpeza das vias públicas nos vários Municípios do Estado durante o ano de 2010;
- A realização de minuta de ACP e TAC em torno dos procedimentos de limpeza das vias públicas nos vários Municípios do Estado no primeiro semestre de 2010;
- A atualização da planilha de dados sobre as ações ambientais cíveis promovidas pelo Ministério Público no Judiciário Estadual durante o ano de 2010;
- A conclusão de levantamento e a realização da planilha de dados sobre as ações criminais em torno dos aterros sanitários e matadouros no Judiciário Estadual no primeiro trimestre de 2010;
- A atualização da planilha de dados sobre a estrutura de saneamento (água e esgoto) dos Municípios do Ceará durante o ano de 2010;
- A atualização da planilha sobre ACPs e TACs em torno da regularização dos aterros sanitários e matadouros públicos durante o ano de 2010;



**ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**



- A atualização da planilha sobre ACPs e TACs em torno da regularização dos aterros sanitários e matadouros públicos durante o ano de 2010;
- A atualização da planilha de dados em torno dos financiamentos municipais para construção de aterro e/ou matadouro junto ao FNMA, FUNASA, CEF e outros durante o ano de 2010;
- A conclusão do levantamento dos planos diretores e leis de uso e ocupação do solo dos Municípios do Estado do Ceará e realização da respectiva planilha de dados em torno dos planos diretores até o final de 2010;
- A realização de levantamento e elaboração da respectiva planilha de dados sobre os sítios históricos, os imóveis tombados e os que estão em processo de tombamento nos Municípios e no Estado do Ceará durante o ano de 2010;
- O monitoramento das ações governamentais e/ou das políticas relacionadas à preservação do patrimônio histórico a partir do segundo semestre de 2010 até dezembro de 2011;
- A realização de planilha de dados e informações sobre as ações pactuadas para a gestão dos recursos hídricos no Estado do Ceará a partir do primeiro trimestre de 2010 até dezembro de 2011;
- Acompanhamento da implementação das ações pactuadas para a gestão dos recursos hídricos no âmbito municipal, da bacia hidrográfica e do Estado a partir de maio de 2010 a dezembro de 2011;
- A elaboração de minuta de ACP e TAC em torno da implementação das ações pactuadas para a gestão dos recursos hídricos no âmbito municipal da bacia hidrográfica e do Estado a partir do segundo semestre de 2010;
- A realização de levantamento de dados e de planilha com informações sobre as áreas de desmatamento e as áreas onde essa prática ocorre frequentemente, a partir do no primeiro semestre de 2010;



- A realização de levantamento de dados sobre o processo de degradação das matas ciliares de rios e lagoas do Estado, bem como sobre a ocupação irregular de suas margens no segundo semestre de 2010;
- A elaboração de minuta de ACP e TAC em torno da obrigação de reflorestar áreas que foram desmatadas em desacordo com a legislação, no primeiro semestre de 2010;
- A realização de levantamento de dados e de planilha com informações sobre as áreas de queimadas e as áreas onde essa prática ocorre frequentemente, no primeiro semestre de 2010;
- A elaboração de minuta de ACP e TAC em torno da obrigação de reflorestar áreas que foram desmatadas em desacordo com a legislação, no primeiro semestre de 2010;
- A elaboração de projeto ou programa de educação ambiental voltado à conscientização do pequeno agricultor que utiliza práticas de desmatamento e de queimadas no primeiro semestre de 2010;
- A realização do levantamento de dados sobre os licenciamentos ambientais dos empreendimentos energéticos que estão em processo de implantação ou já estão implementados, assim como das ações ambientais referentes ao assunto no primeiro semestre de 2010;
- A realização do levantamento de dados e o monitoramento dos licenciamentos ambientais das obras e dos empreendimentos que estão em processo de implantação ou já estão implementados por ocasião da Copa do Mundo de Futebol de 2014 a partir do segundo trimestre de 2010;
- A realização da implantação das Coordenadorias Regionais de Promotoria de Justiça por Bacia Hidrográfica, no Centro de Apoio Operacional de Proteção à Ecologia, Meio Ambiente, Urbanismo, Paisagismo, Histórico, Artístico e Cultural, no âmbito do Ministério Público no primeiro trimestre de 2010.



**ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**



- A elaboração de projeto ou programa de educação ambiental voltado à conscientização da população sobre sua responsabilidade constitucional de proteger o meio ambiente a partir do primeiro trimestre de 2010 a dezembro de 2011;
- A elaboração de programa de atuação conjunta entre o CAO do Meio Ambiente, o CAO Criminal e o CAO da Cidadania em torno da coleta seletiva de resíduos domésticos, voltado à inserção do preso em regime semi-aberto, a partir de setembro de 2010;
- A elaboração do programa de atuação conjunta (CAO do Meio Ambiente e da Cidadania) sobre a acessibilidade das vias públicas ao idoso a partir de abril de 2010.